recadação e as 1.ªs vias das guias de recolhimento acolhidas diretamente pelos estabelecimentos bancários, capeadas por Borderó e entregues na forma do artigo 22;

II — à Seção de Receita da Delegacia Regional Tributária respectiva:

a) a 2.ª via do Caixa Diário de Receita;

b) os cheques a que se refere o artigo 42;

c) a 3.ª via do Resumo da Arrecadação Direta, acompanhada das 5.ªs vias da Guia modelo 12, capeadas por Borderó e, conforme o caso, da fita detalhe da máquina autenticadora ou da 2.ª via do Mapa Registro de Guias de Recolhimento;

d) a 2.ª via da Guia de Remessa e de Recolhimento e as 5.ªs vias das guias modelo 12, capeadas por Borderó, e entregues na forma do artigo 22.

III — ao Posto Fiscal respectivo:

a) a 5.ª via da guia modelo 1;

b) a 5.ª via da guia modelo 11;

V — à repartição onde se encontra o processo, para nele ser juntada, ou que emitiu ou visou a respectiva guia, nos casos preconizados na alínea «d» do inciso XII do artigo 7.º.

§ 1.º — Os documentos deverão ser encaminhados na ordem relacionada nos incisos I a V.

§ 2.º — Os documentos referidos na alínea «c» do inciso I, serão remetidos ao CINEF na mesma forma em que foram recebidos dos estabelecimentos bancários.

§ 3.º — A remessa dos documentos ao CINEF será feita:

1 — na área da DRT-1 — Grande São Paulo — diretamente pelas repartições arrecadoras fazendárias;

2 — na área das demais Delegacias Regionais Tributárias — através do Serviço de Informações Econômico-Fiscais respectivo.

Artigo 48 — Nos dias 10, 20 e último dia útil de cada mês, as Coletorias elaborarão o CAIXA RESUMO DE RECEITA, agrupando, respectivamente, a arrecadação dos períodos de 1 a 10, de 1 a 20 e 1 a último dia útil do mês.

§ 1.º — Para elaboração do Caixa Resumo de Receita será utilizado o impresso Caixa Diário de Receita, indicando-se os períodos mencionados neste artigo no espaço reservado ao dia do recolhimento e dispensando-se o preenchimento do espaço e da coluna relativos ao número de guias acolhidas.

§ 2.º — O Caixa Resumo de Receita será elaborado em 2 (duas) vias, que terão o seguinte destino:

1 — 1.ª via — à Seção de Receita;

2 — 2.ª via — ficará retida na Coletoria.

Artigo 49 — Para fins de elaboração do Caixa Resumo de Receita as Coletorias manterão o controle da arrecadação, utilizando-se uma folha do CENTRALIZADOR, modelo 25, em anexo, para cada código de receita, constante da codificação prevista no artigo 1.º.

Artigo 50 — As Guias de Informação e Apuração do ICM, recebidas pelas Coletorias diretamente dos contribuintes, serão encaminhadas no dia útil imediato ao CINEF, acompanhadas da LISTAGEM DE GUIAS DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ICM, modelo 27, em anexo.

§ 1.º — A Listagem de Guias de Informação e Apuração do ICM será preenchida em 2 (duas) vias, que terão o seguinte destino:

1 — 1.ª via — ao CINEF, para fins de processamento, acompanhadas das Guias de Informação e Apuração do ICM;

2 — 2.ª via — ficará retida na Coletoria.

§ 2.º — Deverá ainda ser preenchido em 3 (três) vias o RESUMO DAS LISTAGENS DE GUIAS DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ICM, modelo 28, em anexo, que conterá a quantidade das Listagens de Guias referidas neste artigo e das Guias de Informação e Apuração do ICM, dando às vias aludidas a seguinte destinação:

1 — 1.ª via — ao CINEF, para fins de processamento, juntamente com as 1.ªs vias das Listagens e respectivas Guias de Informação e Apuração do ICM;

2 — 2.ª via — ficará retida na Coletoria.

3 — 3.ª via — ficará retida na Coletoria e será substituída, posteriormente, pela via referida no item anterior.

§ 3.º — O Resumo das Listagens e respectivas Listagens e as Guias de Informação e Apuração do ICM, previstos neste artigo e os referidos no artigo 23, serão remetidos ao CINEF:

1 — na área da DRT-1 — Grande São Paulo, diretamente pelas repartições arrecadoras fazendárias;

2 — na área das demais Delegacias Regionais Tributárias — através do Serviço de Informações Econômico-Fiscais respectivo.

SEÇÃO V
Da Manutenção dos Documentos de Arrecadação

Artigo 51 — As Coletorias manterão os documentos diários de arrecadação arquivados conjuntamente, na seguinte ordem:

I — Caixa Diário de Receita (3.ª via);

II — Resumo da Arrecadação Direta — (3.ª via) e 2.ªs vias das guias de recolhimento acolhidas diretamente dos contribuintes, capeadas por Borderó (inciso II do artigo 47);

III — Guia de Remessa e de Recolhimento (2.ª via) — 2.ªs vias do Resumo de Arrecadação e 2.ªs vias das guias de recolhimento acolhidas pelo estabelecimento bancário, capeadas por Borderó entregues na forma do artigo 22.

Parágrafo único — As 2.ªs vias e 3.ªs vias dos Caixas Resumo de Receita (artigo 48) serão arquivadas juntamente com os Caixas Diários de Receita no dia respectivo.

Artigo 52 — Os documentos, na mesma ordem, mencionados no artigo anterior, após a inspeção do Inspetor de Arrecadação, deverão ser empacotados ou colocados em caixas de papelão, que conterão etiquetas com os seguintes dizeres: «DOCUMENTOS DE RECEITA DO MÊS DE DE 19.....»

SEÇÃO VI

Das Disposições Gerais

Artigo 53 — Somente serão considerados úteis para efeito de contagem de prazos previstos neste Capítulo, os dias em que houver expediente normal nas repartições fazendárias do Estado.

Parágrafo único — Não serão contados também como úteis os dias relativos a feriados bancários.

Artigo 54 — Fica prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, qualquer prazo de recolhimento que se vencer em dia considerado não útil para as repartições fazendárias do Estado ou em feriados bancários.

Artigo 55 — Qualquer recolhimento direto nas repartições arrecadoras fazendárias também será admissível por meio de cheque, desde que este:

I — seja emitido pelo próprio contribuinte e o estabelecimento bancário saído esteja situado na mesma localidade da repartição arrecadora fazendária;

II — seja nominativo e emitido a favor da Coletoria respectiva;

III — contenha a identificação do seu emitente;

IV — esteja devidamente visado pelo respectivo estabelecimento bancário admitido à Câmara de Compensação do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único — O serventário credenciado e responsável pelo Cartório respectivo poderá recolher o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, devidos pelos outorgantes ou outorgados, por meio de cheques de sua própria emissão, independentemente do visto a que alude o inciso IV.

Artigo 56 — A operação de resgate de Bônus Rotativos e Certificados de Prêmio de Exportação, para fins de recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias, somente será admissível através das Coletorias e do Banco do Estado de São Paulo S.A. — Agência Clóvis Bevilacqua, na Capital, e Posto Especial de Prestação de Serviços, em Santos, até a importância equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor do imposto a ser recolhido.

Artigo 57 — É vedado às Coletorias:

I — utilizar-se do produto da arrecadação para efetivação de qualquer pagamento a cargo das dependências fazendárias;

II — descontar cheques emitidos a seu favor, sendo que, inclusive aqueles emitidos pelos estabelecimentos bancários na forma do artigo 23, deverão ser endossados pelo Coletor respectivo e recolhidos na forma do artigo 42.

CAPÍTULO IV
Do Procedimento das demais Repartições Fazendárias

SEÇÃO I

Das Seções de Receita das Delegacias Regionais Tributárias

Artigo 58 — A Seção de Receita anotará no REGISTRO DE CONTROLE DE RECEBIMENTO DE CAIXAS DIÁRIOS DE RECEITA DAS COLETORIAS, modelo 29, em anexo, a entrada, na unidade, dos Caixas Diários de Receita e respectivos documentos.

Artigo 59 — Ao receber o Caixa Diário de Receita a Seção de Receita procederá à conferência formal e aritmética dos cheques que o acompanharam e referidos no artigo 42 e, diariamente, no final do expediente, deverá:

I — a Seção de Receita da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo, em relação às repartições arrecadoras da respectiva região:

a) depositar os cheques referidos na alínea «a» do inciso I do artigo 42, no Banco do Brasil S.A. — Agência Central, em São Paulo, a favor do «Banco do Brasil S.A. — Conta Departamento de Finanças do Estado de São Paulo», através da RELAÇÃO DE CHEQUES DEPOSITADOS, modelo 30, em anexo;

b) depositar os cheques referidos na alínea «b» do inciso I e alínea «a» do inciso II, todos do artigo 42, na Agência Clóvis Bevilacqua do Banco do Estado de São Paulo S.A., a favor do «BANESPA — C) Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo — Conta Geral» existente na Matriz desse Banco, através da RELAÇÃO DE CHEQUES DEPOSITADOS, modelo 31, em anexo;

c) depositar os cheques referidos na alínea «c» do inciso I e alínea «b» do inciso II, todos do artigo 42, na Agência Clóvis Bevilacqua do Banco do Estado de São Paulo S.A., a favor do «BANESPA — Conta Participação dos Municípios no ICM», existente na Matriz desse Banco, através da Relação referida na alínea anterior;

II — a Seção de Receita das demais Delegacias Regionais Tributárias, em relação às repartições arrecadoras das respectivas regiões, através da Relação de Cheques Depositados, modelo 31, em anexo, na Agência do Banco do Estado de São Paulo S.A., na localidade de sua própria sede, depositar:

a) os cheques referidos na alínea «a» do inciso II do artigo 42, a favor do «BANESPA — C) Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo — Conta Geral», existente na Matriz do mesmo Banco;

b) os cheques referidos na alínea «b» do inciso II do artigo 42, a favor do «BANESPA — Conta Participação dos Municípios no ICM», existente na Matriz do mesmo Banco.

§ 1.º — As relações a que alude este artigo serão elaboradas em 3 (três) vias e servirão de documento comprobatório de depósito feito na agência bancária; as vias das relações, devidamente autenticadas pela agência, terão o seguinte destino:

1. — 1.ª via — Banco do Estado de São Paulo S.A. ou Banco do Brasil S.A., conforme o caso;

2. — 2.ª via — Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva;

3. — 3.ª via — Seção de Receita,

§ 2.º — Os depósitos referidos nas alíneas «b» e «c» do inciso I e «a» e «b» do inciso II devem ser transferidos, no mesmo dia, para contas de igual denominação existentes na Matriz do Banco do Estado de São Paulo S.A.

§ 3.º — Os depósitos referidos neste artigo deverão ser mensalmente escriturados na seguinte conformidade:

1 — em relação aos depósitos da alínea «a» do inciso I: através da elaboração, pela Seção de Receita da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo, do BOLETIM MENSAL DE RECOLHIMENTOS, modelo 32, em anexo;

2 — em relação aos depósitos das alíneas «b» e «c» do inciso I e «a» e «b» do inciso II: através da elaboração, pelas Seções de Receita das respectivas Delegacias Regionais Tributárias, do BOLETIM MENSAL DE RECOLHIMENTOS, modelo 33, em anexo.

§ 4.º — Os Boletins a que alude o parágrafo anterior serão elaborados em 2 (duas) vias, devendo a primeira ser encaminhada à Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva, acompanhada da 2.ª via da Relação conforme disposto no § 1.º.

§ 5.º — A Relação a que alude o § 1.º e os Boletins referidos no § 3.º deverão ser visados:

1 — nas áreas das Delegacias Regionais Tributárias, que contam com Divisão ou Serviço de Arrecadação, pelo respectivo Diretor;

2 — nas áreas das demais Delegacias Regionais Tributárias, pelos respectivos Delegados Regionais Tributários.

Artigo 60 — A Seção de Receita, de posse da 2.ª via do Caixa Diário de Receita, procederá ao exame aritmético, em cotejo com:

I — o Resumo da Arrecadação Direta (artigo 47, inciso II);

II — as Guias de Remessa e de Recolhimento elaboradas e apresentadas pelos estabelecimentos bancários (artigo 22).

§ 1.º — A vista do Caixa Diário de Receita e das 5.ªs vias da Guia modelo 12, classificará a arrecadação de conformidade com a codificação de receita prevista pelas Coordenação da Administração Tributária e Coordenação da Administração Financeira, para fins contábeis e orçamentários.

§ 2.º — Para classificação da receita manterá o controle da arrecadação efetuada na localidade respectiva, utilizando uma folha do Centralizador, modelo 25, em anexo, para cada código de receita, constante da codificação prevista no parágrafo anterior.

§ 3.º — No final de cada mês, após as verificações necessárias, deverá, em relação a cada repartição arrecadora fazendária, elaborar o Caixa Mensal de Receita, modelos 33 e 34, em anexo, no qual identificará a arrecadação à vista dos dados constantes das folhas do Centralizador.

§ 4.º — O Caixa Mensal de Receita referido no parágrafo anterior será elaborado em 2 (duas) vias, que terão o seguinte destino:

1 — 1.ª via — à Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva, para fins de contabilização;

2 — 2.ª via — ficará retida na Seção de Receita.

§ 5.º — A vista dos Caixas Mensais de Receita de todas as localidades, elaborará no mesmo impresso o Caixa Mensal de Receita da região respectiva, em 2 (duas) vias, que terão o seguinte destino:

1 — 1.ª via — à Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva;

2 — 2.ª via — ficará retida na Seção de Receita.

Artigo 61 — Para classificação e apuração da arrecadação, relativamente aos tributos, e outras receitas identificadas especificamente no artigo 1.º, bem como para a elaboração do Caixa Mensal de Receita, previsto no artigo anterior, as Seções de Receita receberão relatórios do processamento eletrônico, fornecidos pelo CINEF, de conformidade com os sistemas que forem estabelecidos.

Parágrafo único — Com relação aos recolhimentos efetuados através da guia modelo 12, a Seção de Receita utilizará a 5.ª via dessa guia, para classificação orçamentária da receita, na forma prevista no parágrafo 1.º do artigo 60.

Artigo 62 — A Seção de Receita respectiva, até o 10.º dia útil de cada mês, elaborará o RESUMO DA ARRECADAÇÃO DA TAXA DE VIAÇÃO — ICESP, modelo 35, em anexo, relacionando a arrecadação efetuada em cada município da região, relativamente ao mês anterior.

§ 1.º — O Resumo referido será visado:

1 — nas áreas das Delegacias Regionais Tributárias que contam com Divisão ou Serviço de Arrecadação, pelo respectivo Diretor;

2 — nas áreas das demais Delegacias Regionais Tributárias, pelos respectivos Delegados Regionais Tributários.

§ 2.º — O Resumo da Arrecadação da Taxa de Viação — ICESP será elaborado em 3 (três) vias, que terão o seguinte destino:

1 — 1.ª via — Departamento de Finanças do Estado, através da Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva;

2 — 2.ª via — Departamento de Finanças do Estado, através da Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva, para posterior entrega ao Instituto do Café do Estado de São Paulo;

3 — 3.ª via — ficará retida na Seção de Receita respectiva.

Artigo 63 — A Seção de Receita respectiva, até o 10.º dia útil de cada mês, elaborará o RESUMO DA ARRECADAÇÃO DA TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA, modelo 36, em anexo, relacionando a arrecadação efetuada em cada município da região, relativamente ao mês anterior.

§ 1.º — O Resumo referido será visado:

1 — nas áreas das Delegacias Regionais Tributárias, que contam com Divisão ou Serviço de Arrecadação, pelo respectivo Diretor;

2 — nas áreas das demais Delegacias Regionais Tributárias, pelos respectivos Delegados Regionais Tributários.

§ 2.º — O Resumo da Arrecadação da Taxa Rodoviária Única será elaborado em 4 (quatro) vias, que terão o seguinte destino:

1 — 1.ª via — Departamento de Finan-

ças do Estado, através da Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva;

2 — 2.ª via — Departamento de Finanças do Estado, através da Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva, para posterior entrega ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

3 — 3.ª via — Departamento de Finanças do Estado, através da Contadoria Geral do Estado — Seccional respectiva, para posterior entrega ao Departamento de Estradas de Rodagem;

4 — 4.ª via — ficará retida na Seção de Receita respectiva.

§ 3.º — Havendo arrecadação de juros de mora sobre a Taxa Rodoviária Única (código 430 — guia modelo 12), deverão ser preenchidos dois Resumos da Arrecadação da Taxa Rodoviária Única, identificando-se o recolhimento mediante a aposição, no espaço próprio, da expressão «TAXA» ou «JUROS».

SEÇÃO II

Das Serviços de Informações Econômico-Fiscais

Artigo 64 — Os Serviços de Informações Econômico-Fiscais encaminharão ao Centro de Informações Econômico-Fiscais, semanalmente, os documentos referidos no artigo 47, § 3.º, item 2, e no artigo 50, § 3.º, item 2, de acordo com a orientação que for fixada.

SEÇÃO III

Do Centro de Informações Econômico-Fiscais

Artigo 65 — O Centro de Informações Econômico-Fiscais anotará no Registro de Controle de Recebimento de Caixas Diários de Receita das Coletorias, modelo 29, em anexo, a entrada, na unidade, dos Caixas Diários de Receita e respectivos documentos.

Artigo 66 — De conformidade com os sistemas que forem estabelecidos, incumbe ao Centro de Informações Econômico-Fiscais a execução:

I — dos serviços de processamento eletrônico da arrecadação, devendo fornecer os respectivos relatórios às Seções de Receita, para os fins previstos no artigo 61;

II — dos serviços de processamento eletrônico relacionados com a Guia de Informação e Apuração do ICM.

CAPÍTULO V

Da Disposição Geral e das Disposições Transitórias

SEÇÃO I

Da Disposição Geral

Artigo 67 — Esta Portaria entrará em vigor a 1.º de maio de 1971, ficando revogadas:

I — as Instruções CAT-CAF n. 1-69, de 25 de junho de 1969;

II — a Portaria CAT-CAF n. 5-70, de 5 de maio de 1970;

III — a Portaria CAT-CAF n. 6-70, de 6 de maio de 1970;

IV — a Portaria CAT n. 1-71, de 21 de janeiro de 1971.

SEÇÃO II

Das Disposições Transitórias

Artigo 1.º — A indicação do «CÓDIGO DE ÓRGÃO», no quadro constante da Guia de Recolhimento da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, modelo 8, em anexo, será exigida após a instituição, pela Coordenação da Administração Tributária, de codificação dos órgãos expedidores de atos ou prestadores de serviços.

Artigo 2.º — Os estabelecimentos bancários já autorizados a arrecadar o Imposto de Circulação de Mercadorias e outros tributos deverão, até o dia 15 de abril do corrente ano, requerer renovação da autorização respectiva, apresentando petição na forma prevista no artigo 14 e sujeitar-se aos termos desta Portaria.

Parágrafo único — A partir de 1.º de maio de 1971 nenhum estabelecimento bancário poderá promover a arrecadação de tributos e demais receitas sem estar devidamente autorizado nos termos desta Portaria.

Artigo 3.º — No período de 1.º de maio a 31 de dezembro de 1971, os estabelecimentos bancários, sediados na região da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo, deverão emitir a Guia de Remessa e de Recolhimento, modelos 17 e 18, em anexo, e o Resumo da Arrecadação, modelos 15 e 16, em anexo, referidos no artigo 22, com uma via a mais, que se destinará, juntamente com as primeiras vias dos mencionados documentos, ao Centro de Informações Econômico-Fiscais.

Artigo 4.º — No período de 1.º de maio a 31 de dezembro de 1971, as repartições arrecadoras da região da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo, deverão elaborar o Resumo da Arrecadação Direta, modelo 23, em anexo, e o Caixa Diário de Receita, modelo 24, em anexo, referidos no artigo 46, com uma via a mais, que se destinará, juntamente com as primeiras vias dos mencionados documentos, ao Centro de Informações Econômico-Fiscais.

Artigo 5.º — Os documentos referidos no inciso I do artigo 47, enquanto não forem, pelo Centro de Informações Econômico-Fiscais, processados através de sistema eletrônico, deverão ser encaminhados à Seção de Receita respectiva.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica às unidades subordinadas à Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo.

Artigo 6.º — A implantação dos sistemas de processamento a que se refere o artigo 61, em relação às Delegacias Regionais Tributárias de Santos, Taubaté, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauri, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, obedecerá a escalonamento a ser baixado pela Coordenação da Administração Tributária.

Coordenação da Administração Tributária, 9 de março de 1971.

Benedito Ap. P. da Silva — Coordenador da Administração Tributária.